

PLANEJAMENTO OU PLANIFICAÇÃO EDUCACIONAL: O PROJETO DA OPERAÇÃO – ESCOLA (1968-1970)

Cecília Neves Lima¹

O Programa Estratégico do Desenvolvimento: contexto Político, Econômico e Social e implicações na Operação Escola.

O Governo Militar implantado no Brasil em 31 de março de 1964 colocou, no comando, representantes militares que adotaram um movimento político de duplo sentido: ao mesmo tempo em que suprimiam as liberdades democráticas e instituía instrumentos jurídicos de caráter autoritário e repressivo, permitiam que fossem postos em prática mecanismos de modernização do Estado. O modelo econômico de aceleração modernizadora e autoritária do capitalismo (SANTOS, 2010), pautado no princípio da racionalidade, funcionava como principal instrumento ideológico de legitimação do regime. Em nosso estudo, privilegiamos o governo do Presidente Militar Costa e Silva, pois foi nesta gestão que a OP se desenvolveu.

A principal questão que se colocava estava diretamente relacionada à ameaça que as classes operárias representavam ao complexo e contraditório modelo de desenvolvimento do país. É importante lembrar que o Governo Militar ocorreu no contexto internacional da Guerra Fria (1947-1991), momento em que qualquer tipo de reivindicações das classes trabalhadoras eram entendidas pelas elites políticas e econômicas do país como tentativas de construção de uma sociedade socialista.

Obviamente, os governos militares do período de 1964-1985 não podem ser entendidos como se compusessem um todo harmônico e homogêneo, pois os diversos presidentes militares impuseram, em seus governos, marcas pessoais e visões diferenciadas na condução do projeto de inserir o país na cadeia produtiva internacional. De acordo com Fagnani, citando Oliveira:

(...) em 1964, não se buscava apenas deter o avanço dos trabalhadores. Mais do que isso, o que estava em jogo era a assunção do controle sobre os rumos do desenvolvimento de um país que completara a industrialização pesada (...). Nesse sentido, o golpe de 1964 representou a vitória de um projeto cuja

¹Professora adjunto I da área de Educação, do Departamento de Ciências Humanas do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior. Contato: lima.cn@gmail.com

implantação envolveria a exclusão política das forças sociais que haviam lutado pelas reformas de base; e uma solução conservadora para os impasses da economia brasileira (OLIVEIRA *apud* FAGNANI, 2005: 46-47).

O governo do presidente Castello Branco (15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967) caracterizou-se pela construção de um modelo de planejamento institucional voltado para a racionalidade técnica e, principalmente, para o imperativo de tornar nossa burocracia estatal adequada aos processos de planejamento internacionais, correlatos às alianças internacionais (que seriam aprofundadas posteriormente) entre o Governo Militar Brasileiro e os órgãos de inteligência, gestão e planejamento em nível internacional. Além desta característica geral, indicamos ainda que o Governo Castello Branco lança mão de estratégias específicas na dinâmica de suas ações de poder: a) Passam a ser permitidos apenas dois partidos: a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Na verdade, a existência do partido de oposição (MDB) serve apenas para legitimar a "democracia". b) Esta etapa do governo militar foi atípica porque previa eleições para presidente e governadores, mesmo que indiretas, e permitia uma oposição figurativa.

Todos os mecanismos foram usados para tentar manter uma aparência democrática. Entretanto, vários políticos foram cassados, principalmente aqueles que podiam enfraquecer o golpe, como o ex-presidente Juscelino Kubitschek e o ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que apoiou o golpe, mas foi cassado porque achava que este garantiria, em médio prazo, eleições para presidente. No entanto, a ditadura militar durou e não foi tão rápida em sua duração como Lacerda gostaria. As cassações ocorrem para manter os militares no poder. No governo da renovação nacional, as uniões nacionais e estaduais dos estudantes são abolidas. Cria-se o Serviço Nacional de Informações (SNI), uma espécie de polícia política. Em outubro de 1965, usando informantes, a polícia militar invade e fecha a Universidade de Brasília.

O principal marco do Governo Costa e Silva foi o recrudescimento do autoritarismo político, personificado pelo Ato Adicional nº5 – AI5. Um longo processo de gestação da chamada modernização conservadora se consolidava neste momento e, para isso, era necessário que vozes dissonantes fossem abafadas.

O setor social era sem dúvida o mais atingido, pois seguia uma ordem ortodoxa de que seu gasto não poderia pressionar o orçamento fiscal implantado. Neste sentido, suas instituições deveriam modernizar seus instrumentos de gestão econômica e ampliar as bases

de financiamento da economia e do setor público, tendo em vista a expansão da infraestrutura econômica. Dito de outra forma, no modelo de financiamento das políticas sociais, as instituições deveriam reformar seus mecanismos de gestão econômica de modo que seus gastos pudessem ser supridos pelas contribuições sociais.

A principal estratégia de ação política deste governo foi a adoção de reformas no Estado brasileiro. Reforma administrativa, previdenciária, habitacional e educacional são algumas das que foram implantadas.

A reforma administrativa merece destaque. O sentido dessa reforma veio no mote da modernização do arcabouço jurídico e administrativo do Estado brasileiro, possibilitando inclusive a modernização dos instrumentos de gestão econômica e a ampliação das bases de financiamento da economia e do setor público, tendo em vista a expansão da infraestrutura econômica. Em linhas gerais, (...) *nessa fase, vigorava, como regra pétrea, que não se poderia transgredir; a ideia de que o gasto social não deveria pressionar o orçamento fiscal* (FAGNANI, 2005, p.43).

Desta maneira, o novo modelo funcional do Estado brasileiro que estava sendo implantado tinha como principal paradigma o autofinanciamento do setor social, ou seja, as contribuições do próprio setor social financiariam seus gastos. Note que essa ação administrativa tinha, entre outras coisas, o objetivo de alargar o raio de ação do Estado, soldando as alianças empresariais e expandindo a cobertura de bens e serviços para as camadas médias. Essa estratégia fazia parte de um engenhoso modelo de financiamento que foi sendo difundido para as demais áreas sociais.

Na área da reforma previdenciária, o modelo da racionalidade técnica foi o principal elemento dessa reforma, inclusive na criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Segundo Ferreira Jr. e Bittar (2008), o modelo econômico executado possuía dois polos que pendiam para direções contrárias, pois:

Em um de seus polos estaria o projeto de criar um capitalismo nacional, ao passo que no outro estaria o projeto de desenvolver um sistema de capitalismo associado sob a égide dos Estados Unidos. A coabitação dessas duas lógicas econômicas atravessou todo o período do Governo Militar (p.338).

Em linhas gerais, os principais elementos da política econômica implantada tinham

como base os seguintes princípios: a) arrocho salarial das classes trabalhadoras; b) indexação de preços de mercadorias de acordo com a correção monetária determinada pela inflação; c) política cambial de sobrevalorização do dólar; d) adoção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e) modernização e ampliação da infraestrutura ligada aos setores agrícola e industrial; f) política de juros subsidiados, com taxas abaixo dos índices inflacionários; g) direcionamento da produção agrário industrial para o mercado externo em detrimento do mercado interno.

A política econômica brasileira impôs seus elementos econômicos que permitiam sua vinculação ao cenário internacional (mesmo que na posição de país de terceiro mundo) graças à repressão estatal aos grupos descontentes. A partir dessa medida, o caminho “estava livre” para se por em prática os novos fundamentos da política econômica consubstanciados no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), adotado no governo do presidente Castelo Branco².

Em linhas gerais, o PAEG buscava acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico do país, conter o processo inflacionário e minimizar os desequilíbrios setoriais e regionais. Segundo Oliveira:

Analisando o primeiro governo militar e as medidas tomadas pelo PAEG percebe-se que as reformas alteraram praticamente todo o quadro institucional vigente na economia brasileira, adaptando-o às necessidades de uma economia industrial. Montou-se um esquema de financiamento que viabilizaria para o Estado uma maior capacidade de intervenção na economia (OLIVEIRA, 2007, p.28).

Desta maneira, o Estado Brasileiro controlava os principais preços da economia – câmbio, salário, juros, tarifas –, além de praticar uma política de preços administrativos via Conselho Interministerial de Preços (CIP), como justificativa para eliminar os problemas advindos da inflação. O Estado também respondia pela maior parte dos investimentos da administração pública e das empresas estatais. É interessante observar que todo esse (aparentemente) engenhoso programa econômico de combate à inflação e crescimento econômico somente veio render frutos no governo do presidente Costa e Silva, quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu acima de 10% ao ano.

De acordo com Macarini (2006), o movimento da política econômica do Governo

² Programa econômico, realizado pelo governo Castelo Branco entre 1964 e 1967. O programa tinha como meta reduzir o processo inflacionário brasileiro, propiciando, portanto, o crescimento econômico.

Costa e Silva (1967-1969) possui elementos de heterodoxia (1967-1968) e ortodoxia (1969). No primeiro momento, a política econômica afastava-se da linha de ação do PAEG e, num segundo momento, a execução dessa política estava posta no ataque efetivo à inflação.

Para o autor,

Em sua primeira fase, durante o governo Castello Branco, a política econômica teve na prioridade explícita e enfática conferida ao combate à inflação o seu traço distintivo. Na ótica do PAEG (1964-1966), a crise econômica com que o país se defrontava, manifestada com força em 1963 e inícios de 1964, tinha a sua raiz na inflação. Retomar uma trajetória de desenvolvimento sustentado estaria na dependência de êxito na reversão firme do processo inflacionário: somente assim um acúmulo de disfunções responsáveis pelo declínio da atividade econômica seria eliminado, recriando-se as condições adequadas à maturação plena do potencial de crescimento de uma economia de livre iniciativa (MACARINI, 2006, p.455).

O diagnóstico do PAEG entendia que o crescimento da demanda era a causa essencial do aumento da inflação, configurando-se assim como uma inflação de demanda. Os fatores que suscitavam esse comportamento de demanda residiam no desequilíbrio orçamentário e na expansão do crédito. Dessa forma, o programa de ação de combate à inflação estava centrado na redução e eliminação desse desequilíbrio, no controle da expansão monetária e creditícia e na contenção dos reajustes salariais dos trabalhadores assalariados.

A execução desse plano e seus resultados foram vistos como um grande fracasso pelo regime político militar, necessitando ser reorientado, o que ficou a cargo da administração de Costa e Silva. Após o triênio de aplicação do PAEG e a grande insatisfação com os resultados obtidos, a busca por respostas ao fracasso do plano se tornou fator imprescindível para a reformulação da política econômica. Segundo Macarini (2006), parafraseando o então ministro da Fazenda Delfim Netto, a rígida ortodoxia do governo Castello Branco impossibilitou perceber a mudança da natureza da inflação, o que fez com que o planejamento da política econômica perdesse sua eficácia. Além disso, era difícil aceitar que o excesso de demanda fosse o principal fator para elevada inflação.

O ano de 1968 foi considerado importante por significar o momento de retomada do crescimento industrial brasileiro, estimado em 14%. Os setores que mais se destacaram foram o automobilístico (que teve recordes sucessivos de produção) e o da construção civil. Os investimentos industriais também esboçaram recuperação, consolidando o prisma do crescimento nacional. Apesar do “milagre econômico”, com a retomada do crescimento,

O movimento imprimido à política econômica após a edição do AI-5 sugere que mesmo as autoridades econômicas não estavam plenamente seguras da solidez da recuperação: os fantasmas da longa crise 1963-1967 continuavam a rondar a imaginação, a percepção do “milagre” não tinha ocorrido ainda. Sim, porque ao mesmo tempo em que se supervalorizava um crescimento de 6% a 7% ao ano, sem atrever-se a projetar nada mais ambicioso, propunha-se o abandono da opção de convivência com a inflação, numa clara indicação que os resultados até então obtidos não eram avaliados tão positivamente (MACARINI, 2006, p.464).

Podemos observar que a ampliação do espaço de manobra da política econômica, graças ao AI-5, foi um fator importante para a revisão de prioridades. Ideologicamente, o inimigo agora era o combate à inflação. Sem oposição, a ideia do “Milagre Brasileiro” era impressa na sociedade.

O Plano Trienal, do governo Costa e Silva, realizou um diagnóstico sobre as causas da crise econômica brasileira desde 1962 e constatou que o crescimento da industrialização causou um baixo nível de absorção de mão-de-obra e um estreitamento relativo do mercado. De acordo com tais análises, esse crescimento do setor público na economia, na promoção da infraestrutura requerida pelo desenvolvimento e no atendimento de serviços básicos foi realizado a um baixo nível de eficiência do setor público na alocação de recursos, quando comparado ao setor privado.

O Programa Estratégico do Desenvolvimento (PED) foi criado para ser o principal elemento da política nacional e era esperado que pudesse contribuir para o desenvolvimento dos setores econômicos, sociais e educacionais do país. O Programa foi o resultado de uma iniciativa do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral no sentido de estabelecer uma nova estratégia para o desenvolvimento nacional. Seu caráter de aplicação foi o responsável por pôr em prática as principais constatações feitas ao Plano Trienal, sob a forma de metas a serem alcançadas.

É interessante observar que o PED trazia em seu interior um conceito chave para o entendimento dessa política econômica – produtividade - podendo ser definida como:

(...) uma relação de grandeza que se estabelece entre o produto e os fatores empregados na sua produção. O capital, em sua forma mais expressiva e complexa de equipamentos, e o trabalho humano são dois fatores básicos da relação. Quanto mais aperfeiçoadas forem as máquinas e mais hábeis os homens na realização do seu trabalho, mais elevado será o quociente da divisão entre a produção e cada um dos fatores, vale dizer, maior será a produtividade. (PONTES *apud* BARBOSA, 2006: 111).

A interferência dos conceitos econômicos nas ações da política governamental são notáveis. No âmbito educacional, o conceito de Planificação Educacional pode ser visto sob diferentes perspectivas, de modo que, entre suas diversas acepções, uma delas é de especial interesse: a de que as perspectivas de planificação implantadas mundialmente nos anos de 1960 indicam que tal processo obedece a uma lógica econométrica e financeira em sua formulação, ou seja, o imperativo seria o de controlar processos e produtos por meio de mecanismos de controle dos gastos e mensuração da eficiência. De acordo com George Psacharopoulos, isto significa que:

Este relato ficaria incompleto se eu ignorasse um método muito em voga nos anos sessenta, mas que parece já não o estar actualmente: o dos modelos ditos «matemáticos, econométricos ou calculáveis» (sic). É evidente que todos os modelos utilizados na planificação da educação o são mais ou menos. Mas, os modelos em causa formam uma categoria especial, fornecendo uma análise muito pormenorizada das relações entre o emprego, a educação, a população e a atividade económica (PSACHAROPOULOS, 1978, p. 145).

Conforme percebido na citação acima, tal perspectiva de planificação educacional condicionaria uma visão avaliativa quantitativista no que se refere à execução dos objetivos propostos nos projetos.

Ao seguir esta linha de raciocínio, somente mediante um quadro de expansão acelerada de bens e serviços poder-se-ia promover o progresso social e corrigir as desigualdades. Para que isso ocorresse, seria necessário que a produtividade industrial e dos setores sociais aumentasse. Assim, as principais ações da nova estratégia que o PED programaria na economia brasileira estavam relacionadas à elevação da atividade da economia, com a aproximação da produção à sua capacidade de produção efetiva.

O progresso tecnológico, neste contexto, seria resultado da aceleração e do desenvolvimento da educação brasileira, aumentando assim o quantitativo de recursos humanos para os programas de desenvolvimento e igualmente preparando recursos humanos que pudessem liderar esse processo de desenvolvimento tecnológico. A partir da reformulação dos objetivos básicos à aceleração do desenvolvimento, contidos no PED, o progresso social e a expansão da mão de obra qualificada foram elementos importantes para que o Programa pensasse também em metas educacionais. Definida como a “Área Estratégica IX – Infra Estrutura Social”, a educação foi contemplada nas formulações oficiais como elemento de

grande importância para o desenvolvimento almejado.

Segundo o PED, a educação brasileira seria o instrumento que asseguraria a participação de todas as categorias sociais nos resultados do desenvolvimento, por meio de:

- Um número mínimo de anos de escolarização a toda a população escolar, garantia que gradualmente atingirá todas as regiões do País;
- Acesso dos mais capazes ao ensino superior, corrigindo as distorções existentes.

Nesse contexto, constitui, ainda, a educação poderoso instrumento de formação de uma esclarecida consciência democrática, a serviço dos valores espirituais e de uma nítida afirmação nacional (PED, 1969-a : 11).

Face ao exposto, torna-se claro que, para o PED, a educação escolar era entendida como um “poderoso instrumento” de desenvolvimento do país, no que tange à relação entre educação e desenvolvimento. Porém, o documento enfatiza que era a partir do ensino primário que essa relação se estabeleceria de forma quantitativa e qualitativa, por ser considerada como a solução mais adequada a seus objetivos nacionais. Segundo o PED:

(...) No tocante ao ensino primário, pretende-se assegurar o cumprimento da obrigatoriedade escolar, da população de 7 a 14 anos, nas capitais e grandes centros urbanos do País, através da “Operação-Escola”, já estabelecida em decreto, de modo a atingir progressivamente os núcleos menores; dar impulso ao programa de alfabetização funcional, notadamente na faixa de 15 a 30 anos; e realizar, em geral, a reforma do ensino primário, de modo a permitir considerável aumento da capacidade de absorção de novos alunos, com a eliminação do estrangulamento representado pelos altíssimos índices existentes de reprovação, repetência e deserção (PED, 1969a :14).

Assim, a educação seria o principal instrumento de progresso no sentido amplo – um conjunto de fatores que explicam o crescimento do produto em ritmo superior ao aumento quantitativo do capital e do trabalho; como instrumento de progresso social: *assegurando a participação de todas as categorias sociais nos resultados do desenvolvimento, criando um quadro institucional necessário a valorização do homem brasileiro e, notadamente assegurando a democratização de oportunidades* (PED, 1969a, p.11); como instrumento de expansão de oportunidades de emprego – por meio da preparação geral (não especializada – ensino primário e médio) do estudante brasileiro e a conseqüente qualificação de mão de obra para o trabalho (ensino técnico e profissionalizante).

Dessa forma, a educação brasileira se transformaria rapidamente no sentido de atingir

de modo acelerado a formação de uma estrutura de recursos humanos que pudessem dar conta das necessidades econômicas do país. Para isso, tornava-se necessária a expansão das matrículas no ensino primário, médio e no ensino superior, por meio da alocação eficiente de recursos. No âmbito do ensino primário, a principal estratégia de expansão estava diretamente relacionada à OP.

Para a execução dessa prerrogativa legal e meta governamental, foi criado então o projeto especial prioritário denominado Operação-Escola, por meio do decreto nº 63.258 de 19 de setembro de 1968. Para Foina:

(...) a “Operação” foi resultado de um despertar no sentido de efetivar uma determinação constitucional. Assim, objetivou-se em função da necessidade de atenção às exigências do desenvolvimento econômico e social, reformular o ensino primário de forma a garantir a igualdade de oportunidades a todos (FOINA, 1979:64).

Fica evidente que a ideologia implementada pelo governo militar do presidente Costa e Silva por meio do PED tinha o objetivo de impulsionar a economia com medidas educacionais que faziam um triplo movimento: a) alinhavam-se às políticas globais capitalistas de desenvolvimento da educação como um elemento primordial do desenvolvimento do setor econômico; b) trabalham a ideia de que a escola seria redentora dos problemas sociais do país, a partir de sua expansão e reforma; c) cumpria a obrigatoriedade escolar de crianças de sete a quatorze anos prevista em lei. Esse engenhoso processo possibilitou que o programa Operação-Escola tomasse corpo ganhando legitimidade nos setores sociais e econômicos.

Outro elemento importante, associado à expansão escolar, estava ligado à Reforma do Ensino Primário que promoveria essa expansão sob o aspecto da qualidade, a partir da revisão de programas, métodos, mudança do sistema de promoção, integração com o ensino médio e combate à reprovação e repetência. Dessa forma, o PED buscava a reestruturação e expansão do ensino básico para que este se transformasse no nível fundamental de formação dos recursos humanos de que o país necessitava. O aumento da escolaridade da população brasileira seria meta a ser alcançada com a integração de aspectos econômicos e culturais. Segundo o PED:

(...) a necessidade de integrar os aspectos social, cultural, político e econômico, para projetar as principais metas educacionais do Programa Estratégico levou à utilização de um modelo misto, que se desenvolveu segundo duas abordagens: uma predominantemente econômica – para os

níveis superior e colegial, e outra cultural – para o ginásio e primário (PED, 1969a:61).

Nesta lógica, a educação seria o principal elemento de elevação da qualificação do trabalhador brasileiro, para que este pudesse se inserir na cadeia produtiva do país e, conseqüentemente, na cadeia produtiva internacional em que o Brasil ocupava lugar periférico. Para isso, era necessário que o investimento em educação fosse racionalmente distribuído entre os setores mais necessitados, de modo que o desenvolvimento do setor econômico fosse o elemento impulsionador dos demais setores. Segundo Foina:

(...) a Educação era considerada como relevante principalmente devido à sua capacidade de incrementar os recursos humanos no que se referia ao planejado progresso tecnológico. Paralelamente, ela devia formar no indivíduo os valores ideológicos adequados ao momento político e treiná-los profissionalmente de forma a proporcionar neste sentido, “economias externas para as empresas” (FOINA, 1979: 59).

O modelo educacional brasileiro, seguindo os ditames de uma lógica internacional de desenvolvimento econômico e social dependente, produziu um corpus ideológico de legitimação de uma unidade orgânica entre economia e educação. O capital e o trabalho humano são dois fatores básicos da relação que, associados ao crescimento tecnológico e à maior qualificação dos homens na realização do seu trabalho, tornarão mais elevado o quociente da divisão entre a produção e cada um dos fatores, ou seja, maior será a produtividade. Assim:

A produtividade em educação permite que esta se torne fator ponderável para o desenvolvimento econômico e social do país, proporcionando aos educandos uma formação desejável, tendo em vista os objetivos sociais, políticos e econômicos nacionais.

(...)

O aumento da produtividade em educação se traduz por um fluxo mais rápido das crianças escolarizadas, a partir da formação, pela escola, de produtos de melhor nível de qualidade, em termos dos objetivos amplos da educação e mais adequados às necessidades sociais e econômicas (RF, 1968, anexo V, :17)³.

Por meio da definição de “áreas estratégicas”, o PED propunha uma espécie de

³ Para facilitar, as referências sobre o Relatório Final do Grupo de Trabalho Especial da Operação-Escola (Criado pelo Decreto nº 63.258 de 19/09/68), assinado por Lúcia Marques Pinheiro e Maria Terezinha Tourinho Saraiva, optamos por abreviá-la para RF, 1968.

desenvolvimento associado, isto é, o aperfeiçoamento dos instrumentos de ação para a criação de condições propícias ao crescimento da empresa nacional, privada e multinacional.

Desta forma, as relações estabelecidas entre educação e desenvolvimento, abordadas no PED, eram marcadas pela contribuição que a educação formal poderia dar como ferramenta ao responsável pelo desenvolvimento, ao integrar educação e trabalho. Logo, a educação formal era entendida como uma etapa importante da cadeia produtiva brasileira.

Assim, incorporou-se, gradativamente, o discurso do valor econômico da educação para o desenvolvimento, no que se refere à formação de recursos humanos devidamente capacitados para lidar com novas tecnologias. Dessa forma, os indivíduos contribuiriam para atingir os “objetivos nacionais” e, ao mesmo tempo, adquiririam mobilidade social, ou seja, os mais talentosos poderiam ascender socialmente.

É neste contexto que se desenvolve o projeto na área educacional do Programa Estratégico do Desenvolvimento, denominado Operação – Escola (OP). A OP foi um dos programas prioritários especiais concebidos pelo Programa Estratégico do Desenvolvimento para o triênio 1968-1970, tendo como principal meta o cumprimento da obrigatoriedade escolar de sete a quatorze anos nos grandes centros urbanos. Composto por sete artigos, o decreto nº63.258 de 19 de setembro de 1968 previa, de forma sucinta, as etapas e as responsabilidades na execução do programa.

Sobre a execução do projeto, esta competia às Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal e às Divisões de Educação dos Territórios, cabendo ao Governo Federal, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o exercício da *ação supletiva, bem como a assistência técnica e financeira, mediante a transferência de recursos orçamentários específicos* (BRASIL, 1968, art.2, p.01). O projeto da OP tinha sua execução planejada para o triênio de 1968-1970. A partir das fases de preparação (1968), execução (1969), avaliação e redefinição (1970), o programa tinha como objetivo atingir todo o território nacional.

Para que o programa obtivesse êxito, o OP instituiu um Grupo de Trabalho Especial (GT), criado a partir da portaria interministerial nº199, de 24 de setembro de 1968. Com duração de 90 dias (entre 14 de outubro e 24 de dezembro), o GT tinha como meta promover as medidas preliminares de natureza institucional, técnica e administrativa, destinadas a desencadear a "Operação-Escola", a partir de 1969, nas áreas que foram estabelecidas, visando à matrícula e à frequência obrigatória de todas as crianças residentes nas áreas contempladas, que estivessem compreendidas na faixa etária dos sete aos quatorze anos. A

curta duração do GT era, de certa forma, proposital, no sentido de que este tinha por objetivo produzir e fornecer subsídios técnicos (fórmulas estatísticas, instruções de preenchimento de quadros etc) para que os Estados e Territórios promovessem as mudanças necessárias para o cumprimento da obrigatoriedade legal.

O GT foi constituído pelas professoras Lúcia Marques Pinheiro e Lyra Paixão⁴, do INEP-MEC, e Maria Terezinha Tourinho Saraiva, do IPEA-MINIPLAN⁵, sendo esta última designada coordenadora do grupo.

Operação Escola: INEP e IPEA em um embate de ideias para a execução do projeto

Entender a relação de forças existentes entre o INEP e o IPEA na execução do projeto da OP requer de nós um olhar amplo sobre os entendimentos que cada órgão traz para as formulações oficiais.

Em linhas gerais, podemos dizer que o INEP possuía como característica principal, nesse período, uma linha de ação híbrida, buscando na sua cultura de trabalho (cunhada principalmente na gestão de Anísio Teixeira) um olhar qualitativo para os problemas educacionais e uma proposta de solução para estes. Ao mesmo tempo, este órgão se apropriava do discurso economicista das formulações do Ministério do Planejamento e do IPEA para justificar suas ações qualitativas.

O IPEA pode ser entendido como o principal órgão formulador das políticas educacionais no período, por ser este o responsável pela construção de instrumentos avaliativos e de coleta de dados estatísticos que subsidiavam as formulações do Ministério do Planejamento.

Assim, temos duas visões diferenciadas dos problemas educacionais e das sugestões de solução dos problemas. Vejamos agora como cada órgão buscou estratégias para inserir seu pensamento na execução da OP.

1. Planejamento educacional

Primeiramente, é preciso lembrar que o maior problema educacional a ser combatido naquele período era o cumprimento da obrigatoriedade escolar. O Conselho Federal de

⁴ Lyra Paixão pediu dispensa do grupo no dia 19 de novembro de 1968, em virtude das constantes viagens do grupo e de seus compromissos na EATEP (Equipe de Assistência Técnica do Ensino Primário)

⁵ IPEA – Instituto de Pesquisas e Econômicas Aplicadas. MINIPLAN – Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Educação reafirmava essa ideia e concluía:

A educação primária tem de ser proporcionada a todos. E cabe aos Poderes Públicos, à família e à sociedade ministra-la na escola e no lar. O sentido social deste âmbito é tão forte e significativo que a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases proclamam o direito à educação. E, em decorrência, os Poderes Públicos assumem efetiva responsabilidade, de que não admitem desculpas para sua omissão ou para a insuficiência de seus serviços neste importante setor (Documenta, nº20, 1963:45)

O ponto de partida para que a prerrogativa legal fosse cumprida era a criação de um programa governamental que assumisse essa meta para que, em longo prazo, acelerassem-se as oportunidades de emprego, progresso social e desenvolvimento econômico. Desde a criação do PED até a execução da OP, algumas metas básicas eram perseguidas, a saber:

(...) o ensino primário para a totalidade da população, o ensino médio para todos, mas constituindo para muitos o término da escolarização formal e a habilitação para o ingresso imediato na força de trabalho; ensino superior aos mais bem dotados intelectualmente, com vistas à formação de recursos humanos de alto nível (HORTA, 1982:145).

Neste contexto, o planejamento educacional se apresentava como um elemento importante para a política educacional brasileira, pois o problema não era a regulamentação da obrigatoriedade escolar, mas sua concretização. Dessa maneira, INEP e IPEA, por serem executores da OP, podem ser compreendidos a partir do entendimento que cada um tinha do que seria planejamento educacional e, principalmente, como esse planejamento viabilizaria as metas da OP a serem cumpridas.

Segundo o INEP, o planejamento educacional estava baseado em critérios quantitativos e qualitativos. Para o órgão (...) *a deflagração da Operação-Escola envolve, em relação a cada Unidade da Federação, um planejamento racional de modo que venham a ser atendidas adequadamente as crianças que, em cumprimento a obrigatoriedade escolar, estarão frequentando a escola* (DAM, 1968d :05)

De acordo com o INEP, a melhoria dos fatores qualitativos teria reflexos nos fatores quantitativos, pois influiria diretamente no fluxo escolar. Torna-se assim, (...) *em muitos casos, mais econômico o esforço pela melhoria qualitativa do que as de atendimento quantitativo, com ou sem perigo de deterioração da escola* (DAM, 1968d: 03).

Em sua forma de “concretizar” a obrigatoriedade escolar, o INEP entendia que

algumas medidas, já adotadas em caráter experimental, poderiam servir de base para as ações. Assim, observamos que o experimentalismo pedagógico dos anos de 1950/1960 (oriundos de uma cultura de trabalho cunhada na gestão de Anísio Teixeira) continuava a ser um elemento importante para o planejamento das ações do órgão, à medida que se poderia testar, verificar os resultados obtidos e generalizar a ação posteriormente.

Além disso, a pesquisa educacional integraria as ações experimentais, já que aquela seria a responsável por apontar os principais problemas a serem solucionados (levantamentos) e produziria conceitos que poderiam ser aplicados a outras realidades que não às experimentais. Em outras palavras: a pesquisa serviria de apoio fundamental ao planejamento, pois esta propiciaria conhecer a realidade educacional. Pinheiro resume bem os princípios científicos da experimentação, ao escrever um ensaio sobre a reformulação dos currículos:

No Brasil, já tivemos muitos programas ditos experimentais, mas que não atenderam às condições básicas para permitir uma experimentação válida, não sendo aplicados nas condições necessárias a um estudo científico, nem avaliados em seus resultados. Assim, será necessário reiniciar a tarefa em bases mais seguras. Além dos cuidados próprios ao trabalho de elaboração de programas em geral, dever-se-á ter em vista que se trata de programas:

- Para uma determinada clientela;
- Com um objetivo geral bem definido;
- Dentro de um espírito que se fundamenta nas conquistas da Psicologia (PINHEIRO, 1972:05).

Não podemos esquecer que a OP era um projeto que buscava resultados em curto prazo. A estratégia empregada pelo INEP foi a de utilizar resultados de pesquisas e experiências anteriores como subsídio de suas ações. Note-se que o órgão faz uma adaptação a sua forma de trabalho, mas sem perder a perspectiva da pesquisa experimental. Para exemplificar, tomamos por base as propostas do INEP para melhoria dos critérios de promoção em que foi utilizada como argumentação a experiência com o instrumento avaliativo prova na Escola Guatemala. Assim:

(...) A Experiência nesse sentido foi realizada na Escola Guatemala, onde, em novembro do ano em que a mesma passou a ser escola experimental do INEP, no Rio, os alunos que estavam cursando o 1º ano foram submetidos a uma prova organizada por esse Instituto, nos moldes da que está prevista na Operação-Produtividade. Os referidos alunos prestaram também os exames de fim de ano do Estado da Guanabara. A taxa de promoção do 1º e 2º ano, segundo a prova do INEP, foi 17% superior à que seria obtida se o critério adotado tivesse sido o daquele Estado (...) (MEC – INEP – CBPE – DAM, s/d: 02).

Este exemplo nos ajuda a compreender melhor como o INEP utilizava a experimentação como um elemento importante do planejamento educacional. Para a instituição, as metas da OP só seriam alcançadas se as medidas tomadas tivessem sido testadas, seja num contexto anterior, seja durante a execução do projeto.

Para o IPEA, a noção de planejamento educacional é outra. Segundo a entidade: *O atraso na educação básica do povo precisa ser recuperado, exigindo planejamento adequado e corajosa atitude, a fim de transpor para termos de realidade social concreta um dispositivo Constitucional utópico* (IPEA, 1968 a:01). Note que o planejamento seria o instrumento de transposição da realidade, como um elemento “mágico” que corrigiria a realidade educacional brasileira.

Além disto, a principal função do planejamento para o IPEA era o cumprimento de uma medida legal, e não o amparo à escola brasileira na correção de seus problemas e no desenvolvimento da qualidade de seus alunos. Assim, (...) *O planejamento educacional deve ter suas bases assentadas na pesquisa das necessidades atuais e na estimativa das necessidades futuras e não deve sofrer solução de continuidade, mesmo que mudem seus executores* (IPEA, 1968 a: 01) [grifo nosso].

Fica claro que a noção de planejamento apresentada pelo IPEA caminhava para a planificação educacional, pois pensar em necessidades e estimativas permite olhar a realidade educacional de modo limitado, levando em consideração apenas as possibilidades matemáticas de estimar os problemas e propor metas para solucioná-los. Além disso, o planejamento efetuado pelo IPEA estava subordinado às formulações do PED, ao qual se integrava como executor da OP. Segundo o PED, o planejamento estava baseado em metas a serem cumpridas, por meio de levantamentos estatísticos que apoiariam e direcionariam a “política racional” de atendimento escolar. Assim, as metas do PED seriam as seguintes:

- a) levantamento da população escolarizável de 7 a 14 anos;
- b) verificação da população escolarizada e déficit escolar existente na área;
- c) levantamento da demanda de matrículas, para o necessário atendimento à população escolarizável;

A seguir, serão quantificadas as necessidades educacionais, relativamente a espaço e instalações, professores, despesas de investimento e custeio.

Após essa quantificação, serão tomadas medidas a curto, médio e longo prazos, a fim de permitir a execução da “Operação-Escola” a partir do ano de 1969 (PED, 1969b:30)

É interessante observar que as formulações do IPEA eram para o PED um elemento de extrema importância, pois seria por meio dos levantamentos estatísticos formulados e aplicados pelo IPEA que as metas a serem cumpridas pela OP seriam desenhadas para o planejamento das ações com os Estados e Municípios (quantitativas e qualitativas).

O papel do IPEA neste planejamento estava baseado na criação de etapas de trabalho (paralelas, mas interdependentes) para o cumprimento da obrigatoriedade escolar, prevista em lei. O documento intitulado “Operação-Escola: Cumprimento da Obrigatoriedade Escolar da População de 7 a 14 anos nas Capitais e Grandes Centros Urbanos Estaduais” nos exemplifica a atuação do IPEA no planejamento das ações da OP:

Estudando-se a situação da população que interessa ao nível do ensino básico para 1966, com a ajuda dos dados disponíveis no Serviço de Estatística de Educação e Cultura, constatou-se que realmente seria possível atender-se, então, o preceito constitucional, com pequeno esforço financeiro, desde que abandonadas algumas concepções consagradas quanto à utilização do corpo docente e dos espaços escolares disponíveis (IPEA, 1968c:01).

Desta forma, podemos concluir que o entendimento de planejamento do IPEA estava ligado ao cumprimento de metas quantitativas, com a racionalização dos recursos e maximização de uso dos elementos constituintes da rede. Uma visão planejada de educação, em que metas quantitativas são estabelecidas e devem ser cumpridas de modo que não afetem a política econômica em voga.

Para finalizar, podemos dizer que as visões de INEP e IPEA sobre o planejamento educacional eram complementares, pois cada órgão olhava para o cumprimento da obrigatoriedade escolar de maneira diferente, mas não excludente. Enquanto o INEP estava basicamente preocupado com a reformulação do ensino primário e suas ações, de caráter qualitativo, buscavam na pesquisa e na experimentação pedagógica subsídios para planejar suas ações e cumprir metas. O IPEA entendia que o planejamento educacional era um instrumento que auxiliava o cumprimento das etapas de trabalho a serem alcançadas, as quais se originaram nos levantamentos estatísticos e nas formulações matemáticas para o cumprimento das metas já estabelecidas. O planejamento aqui pode ser entendido como o modelo de planificação educacional dos anos de 1960, apresentado por Psacharopoulos (1978), em que os processos obedeciam a uma lógica econométrica em sua formulação, em que o imperativo seria o de controlar processos e produtos por meio de mecanismos de

controle dos gastos e mensuração da eficiência.

2. Projeto da OP: vestígios de antecipação da Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus

Iniciamos esta seção chamando a atenção para algumas metas da OP que podem ser entendidas como antecipações de alguns pontos pertencentes à lei nº 5.692 de 1971. De acordo com o PED, a principal meta a ser alcançada no âmbito educacional estava relacionada à necessidade de integrar os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da sociedade brasileira para que a população brasileira pudesse se beneficiar dos efeitos do desenvolvimento. Em relação à educação:

(...) fundada numa visão integrada de desenvolvimento, leva a colocar a Educação como instrumento do maior alcance para a consecução daqueles objetivos econômicos e sociais, organicamente. No momento em que, numa aventura calculada, se pretende dar grande impulso para a efetiva retomada do desenvolvimento, é preciso situar a Educação na primeira linha de ataque, expandindo-a e reformulando-a para que constitua, realmente, poderosa arma a serviço da aceleração do desenvolvimento, do progresso social e da expansão do emprego (PED, 1969a:10).

Porém, o PED (por meio da OP) previa uma mudança não só no acesso à escola, como também, na expansão da matrícula para o cumprimento da obrigatoriedade legal prevista em lei. Uma reformulação maior estava sendo gestada neste período, em que se visava criar as condições mínimas para que a mudança mais radical se concretizasse, consubstanciada no âmbito do que hoje chamamos de educação básica, com a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus e, no ensino superior, com a Reforma Universitária de 1968.

Os principais vestígios encontrados do que seria uma antecipação de pontos da Reforma de 1º e 2º graus referem-se principalmente aos programas e currículos, que estavam ligados diretamente à meta da reformulação do ensino primário. Além disso, é importante destacar que, no âmbito do PED, havia um outro programa que ocorria paralelamente à OP que estava destinado a

(...) expansão da rede escolar, orientados para o aumento da capacidade de atendimento às necessidades nacionais e educação, em nível superior, estão apoiados nas diretrizes que norteiam o Governo Federal no plano trienal da educação. Visam, diretamente, ao atendimento de algumas metas do “Programa Estratégico” e, indiretamente, a abrir caminho para um amplo e harmonioso desenvolvimento da democratização de oportunidade oferecida, em nível alto, a todos os brasileiros (PED, 1969b: 31).

A Operação-Produtividade estava ligada diretamente a medidas de melhoria da absorção da capacidade existente no ensino superior, (...) por meio da racionalização do uso do espaço, do material e, sobretudo, do tempo do pessoal docente, criando, aproximadamente, 180 mil vagas em 10 anos (PED, 1969a: 75). No âmbito da OP, a reformulação dos currículos e programas do ensino primário e do primeiro ciclo do ensino médio produziria um (...) *fluxo regular de passagem do nível primário para o médio, uma vez que ela se pode dar a partir da 4ª série (...), além disso, (...) adicionar as matrículas de 5ª e 6ª séries primárias àquelas de 1ª e 2ª séries ginasiais, seria admitir, para todos os fins práticos, o mesmo nível e qualidade de escolarização (...)* (PED, 1969 a:69). É interessante observar que as medidas tomadas pela OP e pela Operação-Produtividade, mesmo que em nível de abrangência diferente, buscavam a adequação das redes de ensino às leis que estavam por vir.

A participação do INEP na Operação-Produtividade é facilmente verificada no cronograma de atividades (abaixo) da instituição. Em outras palavras, a atuação do INEP nas medidas de reformulação do ensino primário estava ligada à Operação-Produtividade, à medida que a organização dos critérios pedagógicos de promoção, avaliação e composição das turmas presentes na OP permitiam que se reorganizasse o fluxo escolar e se instituissem condições objetivas de fusão do ensino primário com o primeiro ciclo do ensino médio, criando posteriormente (1971) o então 1º grau.

A partir da adoção das medidas descritas no cronograma de atividades da Operação-Produtividade, seria possível, ainda em 1969, produzir mudanças curriculares nos programas de ensino do 1º e 2º anos, do ponto de vista da organização das turmas e da adequação de programas e critérios de promoção, além da orientação do professor. A partir de 1970, esses mesmos critérios deveriam atingir os alunos das 3ª e 4ª séries. Segundo o documento:

Serão considerados, ainda, outros problemas: programas para a 5ª e 6ª séries primárias; programas para uma escola integrada de 8 anos; entrosamento entre os cursos primário e médio, levantamento das atividades de trabalho que podem ser exercidas por egressos do curso primário, mediante preparo em serviço, levando-se em conta as necessidades do mercado de trabalho (Operação-Escola, s/d:05).

Além disso, é importante destacar que essa reformulação, que seria desenvolvida ano a ano, considerando a situação de cada Estado, era de caráter experimental, portanto sujeita a avaliações periódicas, permitindo que, em pouco tempo, o ensino primário elevasse a sua

produtividade – os alunos fossem atendidos adequadamente, o fluxo aumentasse, fossem diminuídos a repetência e a evasão e que a escola formasse produtos mais qualificados (Operação-Escola, s/d:05).

Podemos observar que a relação entre a OP e a Operação-Produtividade estava referida à modificação dos currículos e programas do ensino primário e ensino médio (1º e 2º ciclo), de modo que, esta reformulação proporcionasse uma mudança na estrutura organizacional do sistema de ensino brasileiro. Assim, os projetos estavam antecipando as mudanças que só ocorreriam em 1971 com a promulgação da lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus. Diante do exposto, podemos dizer que o INEP executava um projeto no âmbito do PED, do qual a OP e a Operação-Produtividade faziam parte, que já assinalava as mudanças que estavam por vir. Dessa forma, o papel do INEP neste projeto é de extrema importância, pois foi por meio desse órgão que as principais mudanças pedagógicas de reformulação de currículos e programas foram testadas, avaliadas e definidas para que fossem previstas em âmbito nacional com a promulgação da Lei nº 5.692 de 1971.

Considerações Finais

Conforme vimos anteriormente, há indícios bastante evidentes da relação entre o PED, por (intermédio da OP e da Operação Produtividade) e a reforma de ensino que viria a se configurar na Lei 5.692/71. Essa evidência torna-se clara a partir da análise dos documentos produzidos pelo INEP e pelo IPEA. O primeiro, mesmo respondendo a uma demanda econômica que buscava maior produtividade do sistema educacional brasileiro, além do cumprimento de uma medida legal, buscava estratégias para que seu trabalho não fosse meramente o de técnico de execução das determinações do IPEA e do Ministério do Planejamento. Buscava também inserir elementos de análise qualitativa nessa execução. Enquanto isso, o IPEA, por meio do Setor de Educação e Mão de Obra, tinha todo o seu trabalho baseado nos levantamentos de dados estatísticos, construídos com o objeto de que mostrassem uma visão da situação da educação primária brasileira, para que se pudesse cumprir a determinação legal da obrigatoriedade escolar por meio da expansão do número de matrículas e da capacidade de absorção dos alunos em idade escolar por essas redes.

Em relação à OP, podemos verificar que havia uma relação de interdependência entre as ações do INEP e do IPEA, pois o principal objetivo era o cumprimento da obrigatoriedade escolar de crianças de sete a quatorze anos. Cada uma das instituições, inseridas no contexto

da administração pública do Estado Brasileiro, buscava, a partir da execução da OP, estratégias que pudessem dar maior protagonismo a cada um dos órgãos frente ao modelo educacional que estava sendo implantado. As estratégias estavam baseadas na busca da hegemonia de cada órgão frente à formulação e execução das políticas educacionais, mas também, na maneira como cada órgão buscava imprimir sua filosofia de trabalho nas ações empreendidas.

A partir da análise da OP, em que INEP e IPEA participavam como os principais executores do projeto, é possível afirmar que o papel do INEP, nesse contexto, foi de extrema importância, pois, apesar da política educacional apontar para uma expansão escolar baseada em critérios economicistas e de racionalidade técnica, o INEP buscava estratégias de assegurar a qualidade desse processo. Suas ações estavam voltadas para os aspectos qualitativos da execução da OP, sobretudo nas questões relativas à reformulação dos currículos e programas, dos critérios de promoção e avaliação.

Além disso, é necessário destacar o papel precursor da OP frente à política educacional brasileira, pois foi por meio desse projeto que as condições objetivas para a Reforma do Ensino foram lançadas. O PED (por meio da OP) previa uma mudança não só no acesso à escola com também em relação à expansão da matrícula para o cumprimento da obrigatoriedade prevista em lei. Uma reformulação maior estava sendo gestada nesse período e necessitava da criação de condições mínimas para que a mudança mais radical se concretizasse, consubstanciada no âmbito do que hoje chamamos de educação básica com a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus e, no ensino superior, com a Reforma Universitária de 1968.

Devido a esta questão, para nós, mostra-se muito clara a antecipação de alguns pontos da Reforma de 1º e 2º graus referentes principalmente aos programas e currículos, que estavam ligados diretamente à meta da reformulação do ensino primário.

Referências bibliográficas

ALVES, Denysard; SAYAD João. (1975) O Plano Estratégico de Desenvolvimento – 1968-1970. In: LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

BARBOSA, Rita de Cássia Ribeiro. *Os Planos de Desenvolvimento e a Educação: de Juscelino Kubitschek ao regime militar*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2006.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Revista Documenta. Brasília, nº20, 1963.

BRASIL. Decreto nº63.258, de 19 de setembro de 1968. Dispõe sobre o projeto especial prioritário do Programa Estratégico para o Desenvolvimento, denominado “Operação - Escola”, Setembro de 1968.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (1968 – 1970). Área Estratégica IX – Infra-estrutura social. Vol. I – Educação e Recursos Humanos, Fevereiro de 1969 a.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (1968 – 1970). Área Estratégica IX – Infra-estrutura social. Vol. II – Educação e Recursos Humanos, Fevereiro de 1969b.

FAGNANI, Eduardo. *Política Social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2005.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação e Ideologia Tecnocrática na Ditadura Militar. Caderno Cedes. Campinas, vol. 28, nº 76, set-dez, 2008.

FOINA, Luciana de Mello Gomide. *Operação-Escola (Projeto Especial Prioritário do Programa Estratégico de Desenvolvimento – 1968-1970): análise interpretativa*. 1979. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 1979.

HORTA, José Silvério Baía. *Liberalismo, Tecnocracia e Planejamento Educacional no Brasil*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.

MACARINI, José Pedro. A Política Econômica do Governo Costa e Silva: 1967-1969. Revista Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, vol.10, nº03, set-dez, 2006.

OLIVEIRA, Marly Job. *A Política Geral do Regime Militar para a Construção de suas Políticas Econômicas (1964-1985)*. 2007. Tese (Doutorado em História Econômica) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2007.

PINHEIRO, Lúcia Marques; SARAIVA, Maria Terezinha Tourinho. *RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL DA OPERAÇÃO-ESCOLA* (Criado pelo Decreto nº63.258 de 19/09/68), 1968.

PSACHAROPOULOS, George. A planificação da educação antigamente e agora. *Revista Perspectivas*. Lisboa, vol. 08, nº, 02, 1978. Disponível em: <http://www.unesdoc.org/images/0002/000289/028932poro.pdf> . Acesso em: 18 jan. 2013.

SANTOS, Pablo Silva M. Bispo dos. *O público, o privado e o ensino fluminense: o caso do Centro Educacional de Niterói (1954-1970)*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2010.

Documentos:

DAM – MEC – CBPE – INEP. *Programa Estratégico – Área da Educação. Sugestões Para uma Reforma do Ensino Primário Brasileiro*, 1968d.

MEC – INEP – CBPE – DAM. *Operação – Produtividade. Melhoria dos critérios de Promoção*, s/d.

Operação-Escola, s/d [fragmento].

IPEA. Documento Suplementar ao “Programa Estratégico” Área de Educação. “Operação-Escola” *Cumprimento da Obrigatoriedade Escolar nas Capitais dos Estados e Cidades de Maior Desenvolvimento Socioeconômico*, 1968 a.

_____. Setor de Educação e Mão de Obra. “Operação-Escola”: *cumprimento da obrigatoriedade escolar da população de 7 a 14 anos nas Capitais e Grandes Centros Urbanos*, 1968c.

MEC – INEP – CBPE – DAM. *Operação – Produtividade. Melhoria dos critérios de Promoção*, s/d.

PINHEIRO, Lúcia Marques. *Uma Tarefa Complexa: a Reformulação de Currículos e Programas ara a Educação de 1ºGrau*, 1972.

Submissão: 01/04/2014

Aprovação: 05/08/2014